

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.1590/0102-469847594>

A CONQUISTA DA UNIVERSIDADE: OCUPAÇÃO INDÍGENA EM TORNO DE UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

Tadeu Machado

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6484>

Submetido em: 2023-07-21

Postado em: 2023-08-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A CONQUISTA DA UNIVERSIDADE: OCUPAÇÃO INDÍGENA EM TORNO DE UM TERRITÓRIO EM DISPUTA¹

Tadeu Lopes Machado²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8698-890X>

E-mail: tadeu@unifap.br

RESUMO: O presente artigo se propõe fazer uma análise sobre a presença de estudantes indígenas nas universidades. Para a construção do presente trabalho foi utilizada pesquisa bibliográfica, além de recorrer aos dados da Sinopse do INEP, como também ao envolvimento do pesquisador com os povos indígenas do Oiapoque, município do Estado do Amapá. Consideramos que a presença de estudantes indígenas nas universidades é um fato relativamente novo na história das universidades brasileiras, e que, portanto, merece de uma atenção minuciosa para sua análise, uma vez que faz parte de uma conjuntura que necessita de uma reflexão em torno das políticas reivindicadas pelos povos ameríndios e que continuam na pauta indígena como uma ação necessária. Nos últimos 15 anos tem-se acentuado a presença de estudantes indígenas nas universidades brasileiras. Mesmo entendendo que isso representa a força da mobilização do movimento indígena, compreendemos que ainda precisamos avançar para que a universidade seja conquistada em sua totalidade pelos indígenas e se torne também um território seu.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Universidade, Indígenas universitários.

THE CONQUEST OF THE UNIVERSITY: INDIGENOUS OCCUPATION AROUND A DISPUTED TERRITORY

Abstract: This article proposes to make one about the presence of indigenous students in universities of analysis. For the construction of the work, bibliographic research was used, in addition to presenting the Resource to the data of the INEP Synopsis, as well as the involvement of the researcher with the indigenous peoples of Oiapoque, municipality of the State of Amapá. We consider that the presence of indigenous students in universities is a relatively new fact in the history of Brazilian universities, and that, therefore, deserves careful attention for its analysis, since it is part of a conjuncture that needs a reflection around the policies claimed by the Amerindian peoples and which remain on the indigenous agenda as a necessary action. In the last 15 years, the presence of indigenous students in Brazilian universities has increased. Even understanding that this represents the strength of the mobilization of the indigenous movement, we understand that

¹ Este artigo é fruto das reflexões obtidas em torno de dois projetos de pesquisa coordenados pelo autor, intitulados: “A escola reivindicada: educação escolar no contexto do povo indígena Palikur” e “Indígenas universitários do Amapá: quem são, quantos são e onde estão?”. Este último contou o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP).

we still need to advance so that the university is conquered in its entirety by the indigenous people and also becomes their territory.

Keywords: Indigenous Peoples, University, Indigenous College Students

LA CONQUISTA DE LA UNIVERSIDAD: OCUPACIÓN INDÍGENA EN TORNO A UN TERRITORIO EN DISPUTA

Resumen: Este artículo se propone analizar la presencia de estudiantes indígenas en las universidades. Para la construcción del presente trabajo se utilizó la investigación bibliográfica, además de utilizar datos de la Sinopsis del INEP, así como el involucramiento de la investigadora con los pueblos indígenas de Oiapoque, municipio del Estado de Amapá. Consideramos que la presencia de estudiantes indígenas en las universidades es un hecho relativamente nuevo en la historia de las universidades brasileñas, y que, por lo tanto, merece una cuidadosa atención para su análisis, ya que es parte de una coyuntura que necesita una reflexión en torno a las políticas reivindicadas por los pueblos amerindios y que permanecen en la agenda indígena como una acción necesaria. En los últimos 15 años, la presencia de estudiantes indígenas en las universidades brasileñas ha aumentado. Aún entendiendo que esto representa la fuerza de la movilización del movimiento indígena, entendemos que aún falta avanzar para que la universidad sea conquistada en su totalidad por los indígenas y también se convierta en su territorio.

Palabras clave: Pueblos Indígenas, Universidad, Estudiantes Universitarios Indígenas.

INTRODUÇÃO

Esse artigo se propõe problematizar os aspectos que rondam a concepção de acesso e permanência de indígenas na universidade. O título deste trabalho nos leva a uma ambiguidade proposital, pois, por um lado, nos instiga a compreender a universidade como espaço e lócus de conquista do outro a partir de suas perspectivas construídas sob as cercanias dos saberes, práticas e conhecimentos fundamentados em uma lógica adversa dos povos indígenas. Por outro lado, procuramos destacar ao longo do texto o caráter de uma universidade reivindicada, um lugar disputado, e, portanto, que busca ser conquistado pelos povos indígenas, como espaço para a pluralidade de saberes e conhecimentos que ultrapassam os muros de um ambiente monopolizado pelas estruturas políticas, sociais, econômicas, culturais, linguísticas, históricas alheias ao ambiente em que está edificado.

Tomamos de empréstimo a ideia do título desse trabalho de Bartomeu Melià (1989), que se propôs refletir tal ambiguidade a partir da “conquista da escrita”, problematizando os desafios da alfabetização indígena na língua materna, tendo sido a escrita uma estratégia para inserir nos povos originários aspectos exógenos às suas culturas, porém, ao mesmo tempo, considerando que a conquista da escrita pelos indígenas se tornou uma ferramenta política de reforço de suas tendências étnicas.

Também emprestamos o termo de Marcio Ferreira da Silva (1994), o qual propõe uma análise da “conquista da escola” à luz do movimento de professores indígenas no Brasil, que pelo enfrentamento manifestaram o desejo de romper com uma estrutura escolar que subestimava e inferiorizava os saberes, anseios e conhecimentos dos povos indígenas. Quanto à universidade, entendemos que há no Brasil uma tendência crescente de reivindicação pela conquista desse espaço pelos povos indígenas, e é importante que esse aspecto seja frisado como um movimento de disputa pela conquista de concepções acerca desse tema. É a partir desse entendimento que pretendemos tecer os argumentos colocados no presente trabalho.

A conquista da universidade pelos próprios indígenas garante a possibilidade de romper com uma estrutura institucional que se solidificou em nossos ambientes acadêmicos. Essa estrutura entende que os indígenas, assim como as demais populações que historicamente foram segregadas do espaço universitário, são apenas fontes de nossas pesquisas, são os objetos de nossas investigações, e que, portanto, o “saber científico” deve alcançar essas populações, entendê-las, pensá-las, subordiná-las ao conhecimento acadêmico, e assim conquistá-las. Esse é o movimento que pautou o posicionamento colonial e que ainda é muito presente em nosso ambiente.

Desse modo, existe uma mobilização indígena para construir um movimento reverso, para, ao invés de serem conquistados pela universidade, passarem a se firmar como conquistadores de concepção, de território, de políticas afirmativas, e assim se consumarem na academia como intelectuais, levando em consideração os conhecimentos construídos dentro da universidade, mas trazendo seus saberes ancestrais, suas formas de entendimento, suas concepções de mundo, para que assim tenhamos uma diversidade não apenas étnica dentro da academia, mas principalmente uma diversidade teórica que contemple os saberes e fazeres dos povos originários.

Pautaremos aqui nossa reflexão a partir da realidade dos povos indígenas de Oiapoque, município do extremo norte do Estado do Amapá. São povos com os quais estamos construindo nossas reflexões investigativas nos últimos seis anos acerca da emergência da temática educacional ofertada pela escola nas aldeias e pela universidade.

Em outro momento já mencionamos a reivindicação desses indígenas por uma proposta de universidade que atenda suas reivindicações de acesso e permanência (AUTOR, 2019),

e queremos aprofundar aqui essa reflexão a partir de dados concretos que se puderam observar ao longo dos últimos 10 anos sobre a entrada de estudantes indígenas nos espaços acadêmicos e o que isso pode representar para suas comunidades de origem e para a própria universidade em si.

Compreendemos que essa reflexão carece de cuidado e extensiva observação, pois, há nuances que não são evidenciáveis a partir de um olhar apressado. Portanto, entendendo os limites deste artigo, estamos propondo-o com o objetivo de contribuir para o debate e perceber que há muito a ser desnudado e compreendido à luz das motivações indígenas para reivindicar a universidade como espaço autenticamente seu.

Procuramos subdividir o texto em três partes. A primeira nos mostrará o panorama do ingresso de estudantes indígenas no ensino superior em níveis nacional e local (no Estado do Amapá). Pautaremos nossa análise a partir dos dados oficiais da Sinopse Estatística da Educação Superior, disponibilizada publicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período de 2011 a 2019. Perceberemos que no período mencionado há um aumento significativo de entrada de estudantes indígenas nas universidades, e isso já demonstra uma alteração de perspectiva da academia em função do que representa a presença indígena nesse espaço. Por outro lado, levando em consideração esses dados oficiais, também identificamos alguns desafios a serem superados.

Na segunda parte do texto buscaremos aprofundar o entendimento, os sentidos e os horizontes que a presença de estudantes indígena nas universidades vem causando, tanto para seus povos, quanto para a reinvenção da própria universidade. Ao abordar a importância da implantação dos Cursos de Licenciaturas Indígenas nas IES como uma das principais portas de acesso de estudantes indígenas ao Ensino Superior, demonstramos que a academia pode ser um local da pluralidade étnica, consumando assim a necessidade de reafirmá-la como um espaço reivindicado também pelos povos indígenas. Também frisamos que é inegável o avanço nos mais diversos aspectos (cultural, simbólico, estrutural, social, etc.), que a entrada e permanência de pessoas indígenas nesses ambientes representa.

Por fim, em nossas considerações finais deste texto, acentuamos alguns pontos importantes levantados ao longo do artigo, além de reafirmar a necessidade de pensar o ambiente acadêmico também com a colaboração da ótica indígena. A ocupação desses espaços não virá por acaso e nem de graça, por isso destacamos a importância da mobilização, dos enfrentamentos pessoais e coletivos para esses indígenas se manterem nos bancos das salas de aula, dos laboratórios, dos espaços de convivências e dos demais ambientes da academia.

INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE: O PANORAMA NO BRASIL E NO ESTADO DO AMAPÁ

Os povos indígenas do Brasil reconhecem a importância de adentrar à universidade como uma necessidade para a formação de quadros profissionais e intelectuais para atuarem em suas aldeias nas mais diversas áreas de serviços e da causa indígena. Entendem que é uma estratégia política para conseguirem assumir as responsabilidades de se colocar como uma ponte que favoreça o diálogo entre seu povo e o mundo dos brancos.

Esse entendimento mais geral dos povos indígenas sobre a importância e os sentidos da formação escolar e acadêmica na atualidade não anula as concepções ideológicas que marcaram (e ainda marcam) a função da instrução formal no ambiente indígena. Essas marcas são amplamente registradas na historiografia da educação escolar indígena de nosso país, caracterizando a escola como instituições ideológicas, agindo como braço do Estado para nacionalizar os povos indígenas (ASSIS, 1981), por outros percebida como um espaço para aprendizagem das concepções religiosas, sociais e econômicas do colonizador (LUCIANO, 2013), e por outros como espaço de disputa, de diálogo, de fronteira (TASSINARI, 2001).

Entretanto, percebemos que há um movimento dos povos indígenas que reivindica a escola e a universidade. Mas essa reivindicação parte do entendimento de que esses espaços devem ser refundados, à luz das compreensões e das demandas dos próprios povos originários. É a partir dessa concepção que entendem o quão importante significa contar com professores indígenas, advogados indígenas, médicos e enfermeiros indígenas, pois, ao especializar as pessoas que fazem parte de seus grupos étnicos de origem compreendem que não ficarão totalmente reféns dos brancos, já que algumas atuações de agentes públicos não-indígenas em suas aldeias têm provocado uma série de reclamações de maus tratos, má vontade, preconceitos, indisposição para permanecer continuamente em suas aldeias.

Para além disso, a formação acadêmica representa também a possibilidade de autonomia e autodeterminação, demarcando no seu cotidiano aquilo que realmente faz sentido para seu projeto de vida. Portanto, a formação em nível superior demonstra a disposição dos povos indígenas em estender e afirmar seus conhecimentos para resguardar e assegurar a perpetuação de seus procedimentos ancestrais, conforme suas próprias compreensões de presente e de futuro.

Nesse sentido, fica evidenciada a importância que os cursos de formação superior ofertados no espaço acadêmico têm para os indígenas, haja vista seu caráter socialmente referenciado. Contudo, a universidade pública brasileira é marcada em sua história para atender ao apelo da classe dominante, inicialmente constituída para a formação dos filhos dessa classe

dirigente. E nesse sentido, a universidade está marcada pelo perfil excludente e meritocrático, pois essencialmente foi instituída no Brasil “não para atender as necessidades fundamentais da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias” (FÁVERO, 2006, p. 19)³.

Sob influência dessa herança histórica, a universidade recorrentemente tem recusado alargar as possibilidades para que as pessoas pertencentes aos estratos sociais mais vulneráveis consigam acesso e permanência com qualidade aos níveis superiores de educação formal.

No contexto dos dias atuais visualizamos concretamente que a universidade pública ainda é um espaço elitizado, que não consegue garantir uma ampla abertura da totalidade de seus cursos de graduação e pós-graduação para os filhos da classe trabalhadora, como também para os povos indígenas, para a população quilombola, para os ribeirinhos, para a comunidade LGBTQIA+, enfim, para o povo oprimido de nosso país. Isso é o reflexo da forma como as universidades públicas foram criadas no Brasil, para perpetuar o poder hegemônico político e econômico da elite local (BRITO e CUNHA, 2009).

Embora esse cenário tenha apresentado uma visível alteração nos últimos 10 anos, principalmente depois da implementação das políticas de ações afirmativas, adotada a partir da lei 12.711/2012, a perspectiva de acesso e permanência nos diversos cursos ofertados nas universidades públicas pela população mais vulnerável ainda é um desafio a ser enfrentado, uma vez que a meritocracia continua sendo o principal método de nivelamento para o acesso ao Ensino Superior. Mas não apenas isso. Ainda existe uma barreira imposta nas estruturas da universidade que a impede de se reorganizar para acolher estudantes pertencentes a esses grupos sociais. Para dar um exemplo muito básico sobre essa “preguiça institucional”, observaremos os números oficiais de entrada de indígenas no ambiente acadêmico.

A Tabela 01 indica os números oficiais de entrada de estudantes indígenas no ensino superior em todo o país. A partir dela podemos ter uma percepção mais assertiva sobre a realidade dos anos recentes, como também teremos possibilidade de analisar os reflexos desses números no cotidiano da universidade e dos povos indígenas.

Tabela 01: Número total de estudantes indígenas matriculados em Instituições de Ensino Superior, Públicas e Privadas, 2011-2019			
Ano	Matrículas em IES Públicas	Matrículas em IES Privadas	Total de matriculados
2011	3.540	6.216	9.756

³ O termo “minorias” indicado por Fávero (2006) refere-se às minorias abastadas, economicamente poderosas e ricas no Brasil no início do século XX, quando as universidades passaram a ser institucionalizadas em nosso país.

2012	4.126	6.156	10.282
2013	5.079	8.608	13.687
2014	8.226	13.783	22.009
2015	9.810	22.337	32.147
2016	12.348	36.678	49.026
2017	13.898	42.852	56.750
2018	15.450	42.256	57.706
2019	15.837	40.420	56.257

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior do INEP⁴. Adaptado pelo autor.

A Tabela 01 demonstra o panorama de ingresso de estudantes indígenas nas Instituições de Ensino Superior a partir de 2011, ano em que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) passa a fornecer os dados de matrículas nas IES divididos pelas categorias cor/raça. Esse primeiro dado já demonstra que a coleta dos dados de ingresso de indígenas nas IES é uma categoria aplicada muito recentemente, e portanto, ainda em fase de ajustes, de consolidação. Entretanto, já se somam mais de 10 anos na coleta desses dados e ainda percebemos falta de tratamento adequado para esses dados internamente às IES do Estado do Amapá.

Ao investigarmos diretamente nos departamentos de controle acadêmico sobre a forma de acesso desses estudantes, bem como as especificações de suas categorias culturais e étnicas, como povo a que pertencem, terra indígena de origem, aldeia de referência, língua materna, não há qualquer dado institucional consolidado sobre esses itens, em nenhuma das instituições de ensino superior do Amapá.

Sobre esse ponto da dificuldade de tratamento dos dados de estudantes indígenas nas IES, Dal Bó (2018) nos ajuda a entender que as dificuldades de sua aferição no âmbito do MEC também são consequências de um cenário de constante movimento:

De adoção de ações afirmativas em novas IES (em cursos de graduação e de pós-graduação) e de novos/as ingressantes indígenas, de desistência e de transferências, de egressos/as. Soma-se a isso, a inexistência de uma instância de acompanhamento das ações afirmativas e de produção e sistematização desses dados por parte do órgão governamental responsável pela política nacional de educação, o Ministério da Educação – MEC, de modo que as informações só podem ser rastreadas por meio de consulta a cada instituição (DAL BÓ, Talita. 2018, p. 43).

⁴ Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 12/03/2021.

Entretanto voltamos a enfatizar que internamente em algumas instituições, como é o caso das IES do Amapá, esse tratamento ainda hoje é praticamente nulo, inexistente. As únicas informações que existem estão nos relatórios das listas de aprovados para ingresso nos cursos das instituições, o que não corresponde a uma ideia exata da realidade, uma vez que há o constante “movimento” que Dal Bó assinalara acima, com transferências, trancamento de matrículas, ou até mesmo desistência do curso antes mesmo de realizar a matrícula, entre outras interrupções ao longo do processo. Portanto, essa realidade nos empurra para a necessidade de organização e sistematização de dados dessa natureza, considerando sua importância para as políticas educacionais, bem como para a análise, avaliação e fortalecimento da presença indígena nas universidades.

A respeito dos dados espelhados na Tabela 01, visualizamos que a partir de 2012 há um crescimento exponencial do número de estudantes indígenas matriculados no Ensino Superior no Brasil. Isso indica que, no ano de 2019, o crescimento no número dessa modalidade de matrícula aumentou 576% com relação a 2011. Portanto, é notório que houve o crescimento do número de estudantes indígenas nas universidades, e isso corresponde principalmente às suas reivindicações por ampliação de acesso às instituições de ensino superior.

Outro ponto que merece ser destacado nesses dados, é que, conforme mencionamos, o aumento desse número se dá também em consonância com a implementação da Lei 12.711/2012, que prevê em seu Artigo 3º a reserva de vagas para “pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência (...) em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição”.

Associado à Lei 12.711/2012, Antonio Carlos de Souza Lima (2016) também considera que o

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2013, que a regulamenta, e à Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2013, que “dispõe sobre a reserva de vagas em instituições federais de ensino”, juntamente com o Programa Bolsa Permanência, criado pela Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013, foram algumas das medidas tomadas, dentre o largo conjunto de propostas para ações afirmativas no ensino superior, que tendem a modificar positivamente o quadro desanimador de 2011 e de parte de 2012 (SOUZA LIMA, 2016, p. 21).

No Estado do Amapá, acompanhando a tendência nacional, o número de matrículas de indígenas nas IES também cresce nesse período. Vejamos os números na Tabela 02:

<p>Tabela 02: Matrículas de estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior, Públicas e Privadas, no Estado do Amapá, 2011-2019</p>
--

Ano	Matrículas em IES Públicas	Matrículas em IES Privadas	Total de matriculados
2011	12	42	54
2012	18	44	62
2013	40	1.187	1.227
2014	172	710	882
2015	225	518	743
2016	252	324	576
2017	274	239	513
2018	356	215	571
2019	335	160	495

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior do INEP⁵. Adaptado pelo autor.

Os dados apresentados na Tabela 02 também evidenciam o aumento de pessoas indígenas matriculadas em Instituições de Ensino Superior no Estado do Amapá no intervalo de 2011 a 2019. No entanto, segundo esses dados oficiais, percebemos uma oscilação no crescimento dessa modalidade de matrículas nesta unidade da Federação.

Seguindo a leitura da Tabela 02, a partir do ano de 2014 há um visível aumento no número de matrículas de pessoas indígenas em Instituições Públicas no Amapá. Um elemento que provavelmente contribui para esse aumento é a constituição do *Campus* Binacional da Universidade Federal do Amapá no município de Oiapoque, que, em 2014, instala sete (07) novos cursos de graduação naquele município do extremo norte do Estado.

Consideramos que esse pode ser um dado que tenha provocado o aumento no número de matrículas de estudantes indígenas, já que o Oiapoque é a região amapaense onde se encontra o maior número de pessoas indígenas no Estado do Amapá, segundo os dados do IBGE de 2010⁶. Embora em 2014 não houvesse possibilidade de entrada diferenciada para indígenas e quilombolas, dado que percebemos a partir de 2018, quando o número de matrículas em instituições públicas apresenta um novo aumento considerável. Portanto, percebemos a elevação de matrículas a partir desses dois momentos pelos quais passou o *Campus* de Oiapoque.

⁵ Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 12/03/2021.

⁶ Conforme o Censo do IBGE de 2010, o município de Oiapoque contava com uma população indígena de 5.569 pessoas, enquanto a população indígena total do Estado do Amapá girava em torno de 7.385 indivíduos. Isso significa que o município de Oiapoque concentrava, naquele ano, 75,4% da população indígena do Estado do Amapá. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acessado em 15/04/2022.

De todo modo, considerando apenas as matrículas nas IES públicas do Estado, há um aumento de 2.791% em 2019 com relação a 2011. Já em nível nacional, conforme a Tabela 01, o aumento das matrículas nas IES públicas teve um crescimento de 447%. Ou seja, no Amapá os dados apontam um crescimento de matrículas de indígenas nas IES públicas muito acima da média nacional.

Porém, ao observar esses números apresentados na Tabela 02 e comparando-os com os dados obtidos nas IES públicas do Amapá, percebemos que há uma inconsistência. Especificamente na Universidade Federal do Amapá, onde existe o curso de Licenciatura Intercultural Indígena desde o ano 2007, havia nesse período entrada regular de, pelo menos, 30 alunos indígenas por ano para este curso. Portanto, os dados da tabela referentes a 2011 e 2012 estão equivocados, pois estão abaixo do número real de estudantes matriculados naqueles anos, sem mesmo considerar os estudantes que entraram em outras IES públicas do Estado, os quais também não conseguimos obter os dados consolidados.

Importante lembrar que um dos objetivos desse trabalho é se deter aos números de estudantes indígenas nas IES públicas do Amapá, e, portanto, identificamos outra inconsistência no tratamento dos dados disponibilizados pelo INEP. A partir de 2014, de acordo com a tabela 02, houve a matrícula de 172 estudantes indígenas em IES públicas no Estado do Amapá. Considerando que nessa Unidade da Federação existem apenas 03 Instituições públicas de Ensino Superior (Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Universidade Estadual do Amapá – UEAP e Instituto Federal do Amapá – IFAP); considerando ainda que apenas no curso de Licenciatura Intercultural da UNIFAP havia 164⁷ estudantes indígenas matriculados em 2014 e, pelo menos, cerca de 19 alunos matriculados no mesmo ano em outros cursos na mesma instituição⁸; considerando ainda outros estudantes que realizaram suas matrículas nas outras IES, que, pelos dados de seus editais conseguimos visualizar pelo menos 09 estudantes⁹, é possível entender que há inconsistência nos números apresentados oficialmente.

As inconsistências nos dados estão presentes também nos demais anos espelhados na tabela acima mencionada. Esse é um fato que parece ser menor, mas não é. Senão vejamos: qual o motivo para que não haja um refinamento e cuidado específicos no tratamento desses dados? Estamos aqui falando de números relativos a pessoas que historicamente foram excluídas do contexto universitário, que ainda perseguem a ultrapassagem dos muros da academia e que, mesmo

⁷ De acordo com dados obtidos diretamente nos arquivos físicos da secretaria do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UNIFAP.

⁸ Dados obtidos a partir das consultas aos editais de matrículas da UNIFAP, disponibilizados na página <http://www.unifap.br/editais-academico/>. Acesso em 20/02/2021.

⁹ Pesquisa realizada nos sites da Universidade do Estado Amapá e Instituto Federal do Amapá, referente ao ano 2014. <http://processoseletivo.ueap.edu.br/>; <https://processoseletivo.ifap.edu.br/ps/>. Acesso em 10/05/2021.

que alguns consigam adentrar ao espaço acadêmico, suas origens estão apagadas nos relatórios, nos editais, nos dados oficiais da universidade. E isso é muito grave, pois demonstra que não há disposição da universidade em demonstrar a riqueza da diversidade que a sustenta.

Uma última questão que entendo ser importante mencionar é que as tabelas 01 e 02 indicam um número bastante elevado de matrículas em instituições privadas. Embora percebamos que essa tendência apresenta um declínio a partir de 2014¹⁰ nas IES do Amapá, enquanto que no cenário nacional seus números são exorbitantes, o que corresponde a um expressivo aumento de 650% de matrículas de estudantes indígenas nessas IES em 2019 com relação a 2011. Isso significa dizer que, mesmo que os números tenham alterações pelas inconsistências que expusemos linhas acima, 71% dos estudantes indígenas do Ensino Superior estavam matriculados em IES privadas em 2019, enquanto 29% estavam matriculados em IES públicas no mesmo ano.

No entanto, de acordo com os dados trabalhados por Mariana Paladino e Nina Paiva Almeida (2012, p. 107), o percentual de estudantes indígenas matriculados em instituições superiores privadas já alcançava 70% em 2003. Segundo as autoras, até então o único órgão governamental que atendia parcialmente à demanda indígena por educação superior era a FUNAI, “por meio da concessão de auxílio financeiro”. Mas as autoras pontuam também que até o final da década de 1990 essas demandas eram sobretudo individuais e familiares dentro dos núcleos indígenas. Desse modo, afirmam ainda Paladino e Almeida (2012, p. 107): “a demanda dos movimentos indígenas por educação superior, portanto, é recente”.

Todo esse cenário nos permite perceber que os povos indígenas no Brasil têm conquistado às duras penas seu espaço no ambiente acadêmico e com muita luta e mobilização reivindicam ampliação na ocupação desses territórios, embora muitas vezes esses espaços acadêmicos estejam localizados nos ambientes privados de educação superior, que requer pagamentos de mensalidades, ou, muitas vezes, depende de financiamento estudantil por parte do Governo Federal, através de programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)¹¹, que, no meu entendimento, funciona como uma transferência de verba e de responsabilidade de oferta de

¹⁰ Considero necessário voltar a frisar a importância de ler esses dados a partir da situação que ocorreu no *Campus Oiapoque* em 2014, quando houve a introdução de sete novos cursos de graduação e ainda, a partir de 2018, quando houve a oferta de entrada diferenciada para indígenas nesses mesmos cursos. Percebe-se na tabela que, a partir de 2014, a entrada de indígenas em IES pública aumenta, enquanto nas IES privadas diminui. A partir de 2018 há uma acentuação ainda maior dessa tendência.

¹¹ O PROUNI ficou estabelecido a partir da Lei nº 11.096/2005. Este programa prevê a destinação de bolsas integrais e parciais para estudantes matriculados em IES privadas, considerados em vulnerabilidade econômica. Por outro lado, as IES que aderiram ao PROUNI ficam isentas de vários impostos e contribuições, conforme prevê o Artigo 8º da citada Lei. Já o FIES foi instituído pela Lei nº 12.202/2010, que alterou a Lei 10.260/2001. Trata-se de um “financiamento a estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos”, e que, ao concluir seu curso de graduação e iniciar sua carreira profissional, inicia a pagar o financiamento, incluindo as correções e taxas de juros firmadas no contrato.

educação superior do Governo Federal para a esfera privada, o que representa um problema, segundo meu entendimento novamente, mas que não cabe aqui aprofundar esse debate nesse momento.

A CONQUISTA DA UNIVERSIDADE COMO COMPROMISSO ÉTNICO

A partir da Constituição de 1988, que modifica a relação do Estado brasileiro para com os povos indígenas, deixando de tutelá-los e garantindo na lei que haja respeito e reconhecimento aos saberes e modos de vida dos povos originários, os indígenas compreendem que o espaço acadêmico é por direito também seu, e que, embora haja o sentimento de que as políticas de inclusão de indígenas no ambiente acadêmico ainda incluem somente indivíduos e não suas “tradições de conhecimentos dos povos dos quais fazem parte” (PALADINO, 2016, p. 120), os saberes dos povos originários devem ser difundidos e a ocupação de um espaço significativo na academia representa um avanço na reconstrução da concepção de uma universidade mais aberta, dialógica e plural de fato.

Contudo, desde a redemocratização do Brasil demarcada na nova constituição, o país demora cerca de 15 anos para implementar uma política de educação superior que comece a contemplar as especificidades dos povos indígenas. De acordo com Mariana Paladino e Nina Paiva Almeida (2012, p. 108), com relação ao ensino superior, o Movimento Indígena vem reivindicando duas pautas prioritárias: primeiro para garantir a formação qualificada de professores indígenas, e segundo para formação de novos quadros políticos para o Movimento Indígena.

De acordo com as autoras, só houve avanço significativo na primeira demanda apenas a partir de 2012, com a abertura de possibilidades legais de indígenas ocuparem espaços em cursos de graduação. Mas também consideramos que a abertura de cursos de Licenciaturas Interculturais Indígenas a partir de 2006 em algumas universidades públicas do país foram fundamentais para que esse quadro pudesse se transformar.

As Licenciaturas Interculturais Indígenas que passaram a se estruturar no Brasil a partir do primeiro edital lançado pelo Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND/SESU/SECAD/MEC), em 2005, teve como parâmetro para reconhecimento da importância desses cursos duas experiências autônomas e embrionárias, uma na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) e outra na Universidade Federal de Roraima (UFRR). A primeira iniciou um curso para formação de professores indígenas ainda em 2001, enquanto a segunda universidade iniciou em 2003 (PALADINO; ALMEIDA, 2012, p. 110-111).

A partir do lançamento do PROLIND outras universidades passaram a criar projetos para iniciar a formação de professores indígenas em cursos específicos e diferenciados. Contudo, é importante mencionar a necessidade de se fazer um balanço crítico da realidade desses cursos para formação de professores indígenas, principalmente porque essa iniciativa estava pautada como um programa e não como uma política permanente do Governo Federal (PALADINO; ALMEIDA, 2012, p. 201). Desse modo, assim que os recursos dos editais foram se esvaindo e os programas ficaram sob exclusiva responsabilidade das próprias universidades em que estavam inseridos, os problemas passaram a ser mais evidentes, e alguns não conseguiram se sustentar regularmente e feneceram.

É importante reforçar que as Licenciaturas Indígenas foram responsáveis em provocar a acentuação de entrada e permanência de estudantes indígenas nas universidades públicas brasileiras. O papel que esses cursos de formação para professores indígenas teve foi fundamental para demarcar o espaço acadêmico indígena, e podemos entender esses cursos como a principal porta de acesso de pessoas indígenas nas IES públicas de nosso país. Entretanto, caminhando para a segunda década de suas implantações, é importante também mencionar suas fragilidades que ainda persistem, e que demonstram a imprescindibilidade de fazer avaliações recorrentes quanto aos métodos adotados para mantê-los.

Algumas questões problemáticas desses cursos que surgiram a partir de 2006 são destacados por Paladino e Almeida (2012, p. 16-17), tais como: 1. Mesmo com o aumento do número de cursos interculturais indígenas, ainda era uma realidade a dificuldade em atingir a meta de formação de professores em nível superior, como previa o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011). É importante destacar que ainda na atualidade essa meta não foi conquistada, e a realidade das escolas indígenas demonstra que a vasta maioria dos professores indígenas que atuam nas escolas de suas aldeias ainda não tem o diploma de Ensino Superior; 2. Em alguns casos os cursos funcionam em período intermitente, ou baseados em um esquema modular de ensino, o que provoca desgaste e precariedade no aprendizado dos alunos e do corpo docente. Essa é uma realidade sentida por muitos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena, concentrando as aulas presenciais em apenas três meses do ano, não tendo tempo suficiente para leitura, aulas dinamizadas, aula de campo, vivências, participação em eventos acadêmicos, descanso; 3. Em muitos locais esses cursos funcionam no período de férias para os demais cursos nas universidades, o que não propicia o contato dos estudantes indígenas com os demais alunos não-indígenas, bem como com os serviços diversos da universidade; 4. Por falta de recursos, no período em que os alunos voltam para a aldeia, não há acompanhamento contínuo e efetivo dos professores.

Consideramos importante destacar um elemento que se sobressai nesse panorama. O fato de ser ofertado um curso para atender a uma meta de formação de professores indígenas em nível superior, expõe que os objetivos de tais formações não pode ser reduzido a um apelo meramente legal, para simplesmente atender ao comando burocrático estabelecido na letra da lei, pois, ao se conformar a partir desse sentido, a formação universitária que os indígenas recebem pode não corresponder automaticamente em uma formação que esteja política, social e eticamente comprometida com os povos indígenas envolvidos no processo.

Ademais, isso também traz consigo um problema formal, pois, ao concentrar os alunos em turmas exclusivamente para indígenas, em períodos intervalares dos demais cursos da universidade, os estereótipos e os preconceitos são reforçados dentro do espaço acadêmico. Com isso não queremos dizer de modo algum que o caráter de educação diferenciada para os alunos indígenas nas universidades é um erro. Entendemos que a forma foi constituída equivocadamente, haja vista a universidade, que teoricamente reivindica um caráter multiverso, polifônico e plural nos mais diversos aspectos, não poderia conformar em sua estrutura a ideia de uma educação tipicamente segregadora. E é nesse sentido que os povos indígenas reivindicam todos os espaços da vida acadêmica (da graduação à pós-graduação), para além de seus cursos específicos e diferenciados, para além dos espaços destinados “exclusivamente” para eles.

Entretanto, mesmo considerando todas essas dificuldades elencadas, reforçamos o entendimento de que a introdução de cursos interculturais específicos nas universidades foi um primeiro passo importante para outras ações. Percebemos que os cursos de formação para professores indígenas trouxeram para os povos indígenas as primeiras experiências de mínimas condições efetivas para formação específica de professores para atuarem nas escolas de suas aldeias, buscando a implementação de uma educação diferenciada e bilíngue.

De certa forma, os cursos ofertados nas universidades especificamente para os povos indígenas significaram efetivamente a porta de entrada para que os estudantes indígenas pudessem alargar seu espaço na academia.

Com a Lei 12.711/2012, já apontada anteriormente, que cria vagas específicas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos regulares das universidades, além de ocupar vagas nos cursos específicos e diferenciados, os indígenas também passaram a adentrar em outros cursos, que antes tinham muita dificuldade em acessar. Mas a entrada nesses cursos advinda das cotas apresenta limitações e, em função disso, atualmente há instituições que utilizam as vagas das cotas destinadas a indígenas para promover entrada diferenciada¹², ou seja, para fugir

¹² Um exemplo é como ocorre na Universidade Federal do Pará (UFPA), que oferta quatro vagas em todos os cursos de graduação da instituição, através de um vestibular específico para indígenas e quilombolas. Na UNIFAP, embora tenha havido a reivindicação e conquista dos movimentos indígenas e quilombolas em 2018 para que

do modelo tradicional dos vestibulares, assim como do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que não contemplam as especificidades dos povos indígenas, uma vez que os exames não dialogam com a realidade cultural e de formação escolar dessa parcela da população.

Muito ainda temos que avançar para construir um diálogo mais concreto e edificante entre as universidades e os povos indígenas, para chegarmos a elaboração que Boaventura de Sousa Santos (2019) chama de uma “universidade polifônica”, que se coloca como pluralista, garantindo espaço para as vozes convencionais e não convencionais, uma “pluriversidade”, que seria a construção de uma universidade como resposta ao que o autor chama de “capitalismo universitário” e “colonialismo universitário”.

Tanto o capitalismo universitário, que busca produzir conhecimento com valor de mercado, a partir da demarcação da linha abissal do saber, como o colonialismo universitário, que submete o saber produzido nas universidades unicamente aos métodos de investigação científica abissal, devem ser enfrentados a partir da construção de uma “subversidade”, que contempla “tanto o caráter subalterno dos grupos sociais que normalmente estão envolvidos nas suas iniciativas como o modo subversivo que intervém na ideia convencional de universidade” (SANTOS, 2019, p. 386-387).

Essa ideia de uma instituição com caráter polifônico, intercultural e “pluriverso” seria contemplada, talvez, a partir da criação de uma instituição de educação superior intercultural indígena, que, segundo Antonio Carlos de Souza Lima (2016, p. 23), foi iniciada sua formatação no Brasil no ano de 2014, pela Portaria nº 52/2014, que instituiu o Grupo de Trabalho para a realização de estudos sobre as possibilidades de sua criação. Contudo, o Governo Federal não deu respostas aos estudos realizados pelo referido GT, e, mais uma vez, o plano ficou apenas no papel.

Desse modo, podemos perceber que a presença dos indígenas nas instituições de ensino superior, ocupando o espaço acadêmico e científico que lhes foi negado desde a criação das universidades em nosso país, é uma possibilidade de avançar na transformação desses espaços. Entendemos que o crescimento e a solidificação da ocupação de estudantes indígenas nas universidades se dão em decorrência da luta dos povos ameríndios do Brasil que se utilizam do capital cultural, político e cosmológico que têm e exigem que se estabeleçam e ampliem democraticamente cada vez mais esses espaços estratégicos.

Compreendemos que a formação de quadros de intelectuais indígenas na academia significa uma grande revolução dos últimos tempos no pensamento acadêmico brasileiro. Mas é

fossem alargadas as possibilidades de acesso e permanência, conforme descrevemos em momento anterior (AUTOR, 2019), o vestibular específico e diferenciado se mantém somente para o *Campus* de Oiapoque.

importante também destacar que os saberes acumulados milenarmente pelos povos indígenas devem ser pensados como conhecimento capaz de fortalecer a identidade e a cultura desses povos.

Nesses termos, é necessário demarcar os critérios que produzem o conceito de intelectualidade que estamos utilizando aqui, pois, conforme acentua Jack Goody (2012), a intelectualidade tem presença inquestionável nas sociedades que ele chama “pré-letradas”. Mas é importante entender que a intelectualidade que há, por exemplo no seio dos povos indígenas, está fundada a partir de outras perspectivas, que não pode ser definida somente como indivíduos que atuam como membros de uma profissão em qualquer sentido estrito, mas sim “indivíduos que estão envolvidos na exploração criativa da cultura” (GOODY, 2012, p. 32).

Por esse motivo, compreendemos que a presença da universidade na vida dos indígenas exerce o papel de agente auxiliar na formação intelectual desses indivíduos, que atuam para aproximar os saberes e não exercer e/ou obedecer a um comando epistêmico único. Portanto, a “intelectualidade” que aqui destacamos compreende um olhar macro, não reduzindo o termo ao sentido que historicamente fora construído a partir dos modelos ocidentais, que se firma apenas nos saberes científicos, acadêmicos e epistêmicos classicamente aceitos no espaço universitário, mas sim compreendendo que a intelectualidade dos indígenas universitários é uma construção de encontro de saberes postulados na academia com os seus próprios saberes acumulados pela tradição, que contempla seu modo de ser, de estar, de sentir e de viver o mundo que os rodeia.

É nesse sentido que a presença dos indígenas na academia representa um avanço sem precedentes, pois, a partir de seus posicionamentos firmados em seus saberes culturais, atuam para desconstruir conhecimentos enviesados sobre seus povos e produzir novos rumos para o entendimento e o fortalecimento de sua cultura, de acordo com suas próprias convicções e suas formas de conhecimento e saberes (VASCO, 2012).

O reconhecimento que os indígenas têm sobre a importância do trabalho acadêmico é um movimento que contesta a posição subalterna e marginalizada que esses povos ocuparam na história do Brasil e na trajetória das universidades de nosso país. E esse posicionamento podemos sentir a partir de alguns critérios que o movimento indígena vem adotando com relação à universidade. Como exemplo disso, percebemos que tornou-se comum a construção de um movimento político dos indígenas de embargo sobre algumas pesquisas acadêmicas em variados campos de estudo. É um fato um tanto curioso, às vezes decepcionante para os pesquisadores. Eu mesmo me envolvi em uma situação de embargo com os indígenas de Oiapoque há alguns anos, quando fui propor um projeto para construção da minha pesquisa de doutorado. Entretanto, esse movimento de negação a algumas pesquisas científicas em seus territórios manifesta muitas questões particulares deles próprios. Entre essas manifestações, percebo que os indígenas

entendem que os desdobramentos de uma pesquisa acadêmica têm forte repercussão e que impactam muitos setores da sociedade, e que além disso, de acordo com o olhar de quem está escrevendo, é reforçada a perspectiva de quem está à frente da pesquisa, uma vez que eles têm clareza que é impossível o pesquisador se desfazer de sua subjetividade para descrever sobre os outros (AUTOR, 2023).

Portanto, muitas descrições que surgem sobre os indígenas não contemplam o que os próprios indígenas pensam e/ou entendem. Daí surge a necessidade deles mesmos conquistarem seus espaços de pesquisadores, de estudiosos de suas culturas, para que surjam estudos que atentem mais para o que os povos indígenas designam como importante para si.

Mariana Paladino (2016, p. 97), ao fazer uma abordagem sobre as produções acadêmicas de autoria indígena no Brasil, aponta que é importante “romper com as barreiras corporativas dos grupos de pesquisadores indigenistas, que ainda continuam dominando o cenário”, e defende que os pesquisadores indígenas não podem permanecer somente na sombra dos renomados pesquisadores da questão indígena.

A autora assinala ainda, que não defende a substituição dos grupos de pesquisadores não indígenas pelos grupos indígenas, mas que é fundamental garantir o espaço para todos, com políticas públicas e investimentos que cheguem também nas pesquisas acadêmicas promovidas por intelectuais indígenas. Essa é uma “condição indispensável para a construção de uma atividade intelectual crítica e descolonizadora” (PALADINO, 2016, p. 97).

É importante acentuar uma vez mais que a agenda da educação superior para os povos indígenas é muito importante, tanto que, por exemplo, essa pauta sempre está na mesa de discussão anual das assembleias gerais e de avaliação do Movimento Indígena de Oiapoque. Em suas falas sempre pontuam que é imprescindível a formação de quadros de pesquisadores indígenas para que tenham autonomia e garantam sua autoformação intelectual.

Nesse sentido, há um investimento e incentivo político do Movimento Indígena para garantir todos os anos um número considerável de pessoas para concorrer às vagas destinadas para os indígenas de Oiapoque nos cursos de graduação da UNIFAP.

Compreendemos mais ainda a importância dos cursos de educação superior na vida desses povos indígenas quando percebemos que as novas lideranças indígenas de Oiapoque são pessoas que já receberam certo grau de instrução escolar e/ou universitária. O capital intelectual que detêm, fruto de seus saberes culturais, somados aos saberes adquiridos nos espaços acadêmicos, é fundamental para que sejam vistos como representantes desejáveis para seus povos, porque conseguem encaminhar as demandas e corresponder às expectativas de suas comunidades.

Mas não para por aí. Além de reivindicar acesso nos cursos de graduação, o Movimento Indígena do estado do Amapá também ressalta a importância de continuar a carreira acadêmica nos cursos de pós-graduação.

Nos últimos anos vemos crescer o número de pessoas indígenas no Amapá em busca de qualificação em nível de mestrado e doutorado. Há indígenas adentrando em alguns programas de pós graduação que ofertam vagas específicas com processo seletivo diferenciado, como o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLET) e o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), ambos da UNIFAP, assim como alguns outros programas da Universidade Federal do Pará que também admitem acesso diferenciado para indígenas.

É importante mencionar que a maioria desse grupo de pesquisadores indígenas que estão acessando a pós graduação *stricto sensu* é oriundo da Licenciatura Intercultural Indígena, o que demonstra a importância da formação específica e a necessidade de acesso diferenciado para os alunos dos diversos povos indígenas da região.

Também consideramos necessário enfatizar que a busca por qualificação pelos indígenas tem também outra conotação muito importante. Trata-se, como defende Gersem Baniwa (2013), de considerar que o exemplo desses estudantes indígenas é muito importante para a autoestima e o orgulho étnicos desses povos:

Os acadêmicos indígenas bem-sucedidos servem de exemplo e ajudam a despertar o orgulho étnico, a autoestima e o autorreconhecimento, entendendo-se bem-sucedidos aqui em sentido amplo: de indígenas formados que conseguem bons empregos e salário na cidade, e assim podem ajudar materialmente os familiares que ficam nas aldeias, a indígenas que saíram para estudar e retornaram para suas comunidades, exercendo cargos e funções importantes na vida das mesmas. O bom exemplo de indígenas bem-sucedidos, portanto, vai além dos interesses materiais, servindo também para aumentar a autoestima e superar as constantes situações de preconceito de que são vítimas. (LUCIANO, 2013, p. 94).

Conseguimos perceber esse sentimento traduzido nas palavras de Baniwa também entre alguns jovens indígenas do Estado do Amapá. Alguns apontam com orgulho a trajetória que alguns parentes estão conseguindo acessar, e que percebem que há a possibilidade de conquistar a universidade, que, mesmo sabedores dos desafios e dificuldades que passam no cotidiano da vida estudantil (que são redobrados em função de suas origens étnicas), esses estudantes são exemplos de autoestima étnica e cultural para muitos jovens. Percebemos esse sentimento em uma entrevista com um jovem da aldeia Kumenê, que, inspirado pela trajetória acadêmica de um parente de seu povo que já está na fase conclusiva do doutorado em antropologia, revela:

Adonias está se tornando doutor. Eu sinto muito orgulho dele, por ser Palikur e saber que mesmo que ele esteja passando por muitas dificuldades para estudar,

ele está conseguindo seu objetivo. E se ele pode, eu também posso. Eu vou conseguir terminar meu mestrado e depois estudar para ser doutor também (Aldiere Orlando, Janeiro de 2020, Conversa pessoal em Macapá).

Há que se destacar que a busca por qualificação pelos estudantes indígenas indica o caminho que reivindicam para o campo da educação e a importância da universidade na formação de quadros intelectuais para a construção de um futuro que aponte um diálogo mais próximo, profundo e colaborativo entre os saberes tradicionais (ainda considerados não convencionais) e as produções acadêmicas, para que a análise de suas estruturas sociais, econômicas, variações linguísticas, culturais, sejam também definidas a partir de suas considerações.

Portanto, percebemos que a conquista da universidade pelos povos indígenas está diretamente ligada a um compromisso étnico com seus povos, que na contemporaneidade entendem a necessidade de envidar esforços para ocupar o espaço acadêmico e transformá-lo em aliado de sua causa, pois esse aspecto representa uma posição política que os povos indígenas estão construindo para si, e que auxilia diretamente nas tomadas de decisões que lhes são exigidas e nas diversas relações que estabelecem com os não indígenas.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Reafirmamos a importância que os indígenas têm dedicado aos conhecimentos produzidos nos espaços acadêmicos. Reiteramos que os dados que trabalhamos nesse artigo apontam que nas últimas décadas no Brasil houve uma movimentação mais acentuada dos indígenas em busca de formação acadêmica, o que tem elevado o número de estudantes indígenas nas universidades brasileiras. Também pontuamos que há necessidade de olhar para os dados coletados pelo INEP entendendo suas contradições e os desafios de organizá-los de acordo com as realidades locais.

Percebemos que as universidades públicas brasileiras ainda criam barreiras para construir um modelo de entrada e permanência adequados para os povos indígenas, mas aos poucos, mesmo com todas as dificuldades, o número de indígenas estudantes universitários, da graduação à pós-graduação, tem aumentado gradativamente.

Outro ponto que merece destaque é que os pesquisadores indígenas estão buscando aperfeiçoamento nos espaços acadêmicos para, além de uma interlocução mais segura com o mundo dos brancos, reaver sua história e memória que foram historicamente manipuladas pelo conhecimento ocidental, fazendo com que os indígenas não se sintam completamente representados pelo que tem sido produzido a seu respeito. E nesse movimento, compreendemos que há uma possível construção de saberes dentro da academia oriundo da possibilidade de uma

ciência construída a partir de uma “epistemologia ecumênica”, ou construção de saberes a partir da colaboração das coletividades (RAMOS, 2007; 2016).

Ao tratarmos de uma universidade que se dedique à abertura para construção de conhecimentos plurais e conjuntos, compreendemos que a universidade passa a se constituir não como uma instituição de conquista do outro e monopolização do saber a partir do entendimento ocidental. Essa abertura é fundamental para que os povos que historicamente foram excluídos dos “espaços de saber” tenham condições de conquistá-los à luz de suas experiências culturais, políticas e sociais.

Há, por parte dos indígenas, a reivindicação de colaboração na construção e tessitura do espaço acadêmico a partir de suas próprias falas, a partir de sua presença, de seus saberes e suas práticas de conhecimento. Eles reivindicam a construção de uma forma de pensar e conhecer que levam em consideração suas ciências e suas práticas milenares de ser e estar no mundo. Reivindicam, portanto, uma universidade que esteja atenta a esse apelo, que consiga perceber a importância desse espaço ser conquistado por eles, num processo de reversão ao processo histórico de conquista e manipulação dos saberes e conhecimentos.

O antropólogo colombiano Luis Guillermo Vasco (2012) compreende a academia como um espaço importante para o debate, o diálogo e a transformação da ciência e da sociedade. Segundo esse autor, se a academia é o local onde se cria uma ciência que ainda serve de ferramenta para a dominação dos povos indígenas, não se pode deixar essa ferramenta tranquila. Tem que confrontar essas ideias, e o local desse confronto é na própria academia, onde estão os cientistas, onde se formam os pesquisadores. Portanto, esse espaço também deve ser ocupado e conquistado pelos indígenas.

Um ponto para uma última reflexão: para ocupar e conquistar, é necessário manter-se na universidade. E somos sabedores que a manutenção no ambiente acadêmico não é tarefa fácil para ninguém, e para as pessoas indígenas os desafios se redobram, uma vez que estão longe de suas terras, de seu ambiente familiar, morando nas periferias dos centros urbanos, aprendendo a falar outra língua, comer outras comidas, tentando driblar todos os dias o racismo que lhes é dirigido.

Manter-se na universidade tem sido um grande desafio de resistência para essas pessoas. Entretanto, mesmo com todas as adversidades impostas, os indígenas têm conseguido alargar as portas da universidade, e assim, com muita luta, mobilização e enfrentamento passam a garantir que a conquista desse ambiente esteja em seu horizonte. Portanto, a necessidade em ocupar esses espaços que historicamente lhes foram negados é muito maior que as adversidades, e assim, com suas resistências, conquistarão a universidade em sua totalidade e não em partes.

BIBLIOGRAFIA

AUTOR DO ARTIGO, _____, 2019.

ASSIS, Eneida Corrêa de. *Escola indígena, uma "frente ideológica?"*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 1981.

BRITO, Talamira Taita Rodrigues; CUNHA, Ana Maria de Oliveira. *Revisitando a história da universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência*. APRENDER – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação. Vitória da Conquista-BA, Ano VII, nº 12, 2009. p. 43-63.

DAL BÓ, Talita Lazarin. *A presença de estudantes indígenas nas universidades: entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo: 2018.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Revista Educar. Curitiba, n 28, p. 17-36. Editora UFPR, 2006.

GOODY, Jack. *A domesticação da mente selvagem*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2013.

MELIÀ, Bartomeu. *A conquista da escrita: desafios e tendências na alfabetização em língua indígena*. S.L., 1989.

PALADINO, Mariana. Uma análise da produção acadêmica de autoria indígenas no Brasil. In. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. (Org.). *A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. p. 95-121.

PALADINO, Mariana; ALMEIDA, Nina Paiva. *Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2012.

RAMOS, Alcida Rita. *Do engajamento ao desprendimento*. Campos 8 (1): 11-32, 2007.

_____. *Por uma crítica indígena da razão antropológica*. Série Antropologia, Vol. 455, Brasília: DAN/UNB, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, Marcio Ferreira da. *A conquista da escola: educação escolar e movimento de professores indígenas no Brasil*. Revista Em Aberto, Brasília-DF, Ano 14, n. 63, jul.-set., 1994.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A educação superior de indígenas no Brasil: notas para balanços e possíveis perspectivas, à guisa de uma introdução. In. _____. (Org.). *A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. p. 11-28.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In.: LOPES DA SILVA, Aracy; FERREIRA, Mariana Kawall Leal


(Orgs.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001a. p. 44-70.

VASCO, Luis Guilherme. *Hacia una Ciencia Social al servicio del Pueblo*. CHARLA INAUGURAL del seminario de postgrado “Textos y contextos de las Teorías Antropológicas Contemporáneas” del profesor Carlos Salamanca, Maestría en Antropología Social, FLACSO – Sede Buenos Aires, revisada y corregida, Octubre 17 de 2012. Transcripción de la antropóloga Jazmín Rocío Pabón.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Eu, Tadeu Lopes Machado, autor do manuscrito intitulado “A conquista da universidade: ocupação indígena em torno de um território em disputa”, declaro não possuir conflito de interesse de ordem financeiro, comercial, político, acadêmico e pessoal.

Declaro também que o apoio financeiro e/ou material recebido para o desenvolvimento desse trabalho está claramente informado no texto.

Documento assinado digitalmente
 TADEU LOPES MACHADO
Data: 21/07/2023 11:58:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Tadeu Lopes Machado

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.